

ses envolvidos neste processo, o modo como as ações engendradas modificaram o espaço e o cotidiano das populações moradoras, seus corações e suas mentes. Percebendo e articulando o material e o simbólico, buscando elos e tecendo conexões, dando sentido a fatos, fenômenos e processos aparentemente díspares, a autora interpreta e explica transformações da cidade e da cultura urbana.

Um novo marco da bibliografia sobre a cidade? Ou apenas um novo livro saudosista? Ingênuo? Pessimista? Superficial? Só com o tempo poderemos avaliar o valor do alerta de Jane Jacobs. E o tempo, ao menos durante os 43 anos decorridos da publicação de *Morte e vida das grandes cidades norte-americanas*, só fez mostrar a sensibilidade, a atualidade e o acerto do pensamento desta jornalista apaixonada pelas cidades.

**DU CONTRE-POUVOIR.
DE LA SUBJECTIVITÉ
CONTESTATAIRE À LA
CONSTRUCTION DE
CONTRE-POUVOIRS**

Miguel Benasayag e Diego Sztulwark
La Découverte: Paris, 2000. 167p.

Marcelo Calazans (Ippur/UFRJ)

“Do contra-poder” surpreende por abordar a questão da política e do poder, sem no entanto centrar-se no debate sobre o Estado. Na contra-corrente das duas últimas décadas de desideologização da política, de sua transformação em estratégias partidárias de *marketing* e de sua tecnificação em planos de controle e gestão estatal, os autores retomam o debate do poder desde a perspectiva da sociedade civil, de suas redes e movimentos sociais.

Deslocando-se pelo eixo Europa–América Latina e buscando afirmar um horizonte temporal pós 1980-1990, “Do contra-poder” articula mobilizações sociais no México (zapatistas), no Brasil (sem-terra), na Argentina (mães da Praça de Maio) e na Europa (Attac, Act Up, coletivos antiexpulsão etc.), percebendo neste conjunto a emergência de uma “contra-ofensiva” e de uma “nova radicalidade” política.

A datação historiográfica talvez não corresponda por completo ao processo histórico singular em cada país e continente. Por exemplo: os anos 1980, nos países do Sul, vistos como período de “abertura política” e “esgotamento das ditaduras militares”, estariam mais próximos da experiência dos movimentos “libertários” dos anos 1960-1970 no Norte. Talvez nessa primeira década do século XXI, em Buenos Aires ou Brasília, a prática política não tenha se diferenciado da que vigorava nos anos 90. Talvez a “nova radicalidade” e a “contra-ofensiva” sejam ainda algo por vir, ao menos como gostariam os autores. Não importam tanto aqui as datas. Compreendemos bem o que querem dizer quando se referem aos anos 80 e 90 como “anos pós-revolucionários”, anos do “conformismo resignado” e do “neo-liberalismo como horizonte intransponível”. De fato, os sentimentos de frustração e impotência política ganharam o cotidiano das sociedades ocidentais. Para além da precisão das datas, as décadas de desmobilização social atuaram na desconstrução de um mito histórico, da

ciência e do progresso: “a convicção de que a humanidade percorria um caminho, acidentado mas certo, que levaria à sua auto-libertação e emancipação”.

Mas “Do contra-poder” é um livro para o “aquí-agora”. Seu movimento mais fundamental consiste no “des-centramento” da questão do poder de sua tradicional órbita estatal, repensando radicalmente o caráter estratégico das disputas por legislativos, executivos e judiciários, quando desvinculadas de movimentos sociais de transformação social. Pretende-se assim promover na política uma transmutação copernicana. A luta política partidária, o viés institucional, a guerra de posições por dentro dos aparatos de Estado, a política formal representativa enfim, perdem o lugar até então ocupado de centro da ação política. Segundo Benasayag e Sztulwark, a nova hipótese é: “que se pare de pensar a política sob o imperativo central da tomada do poder”. Reivindicando a experiência histórica dos últimos 150 anos de lutas sociais, os autores desfoçam a “tomada do poder” como “ponto de passagem obrigatório” no processo de transformação da sociedade. “Isso hoje se tornou secundário.” *Hoje* quer dizer após os governos social-democratas na Europa, a redemocratização conservadora na América Latina, mas talvez pudéssemos acrescentar: Nelson Mandela na África do Sul e os primeiros sinais do governo Lula no Brasil.

O paradoxo do poder é que, justamente quando atingido, a primeira percepção é do quanto não se pode. Como assim? Então o Poder, de fato, não pode?! E aqui um perigo emerge. Se o poder “não pode”, disso não se deriva imediata e mecanicamente a necessidade de um total abandono das estratégias de Estado e de Poder pelos movimentos sociais. Como também não se autoriza um deslocamento radical em sentido ao mercado, como mecanismo de regulação, no afã de superar a problematidade intrínseca à política – estruturalmente incerta, imprecisa, turbulenta, para o planejamento da segurança das expectativas de investimento – em nome de uma pretensa neutralidade da “eficiência” do uso e manuseio de instrumentos de gestão. “Do contra-poder” não abdica do Estado e de sua responsabilidade pública e dos direitos que deve garantir. O livro apenas reposiciona, na política, o papel fundamental das redes da sociedade civil, pouco abordadas e mesmo secundarizadas no horizonte analítico que tudo subordina à matriz Estado x Mercado. Segundo os autores, o exercício do poder jamais poderia

ser descontextualizado do âmbito da sociedade civil e política, tal como aparece nas condições de “ajuste”, exigidas pelo Banco Mundial durante as décadas de 1980 e 1990, quando se cunhou o conceito de “boa governança”. Esta categoria, com frequência aplicada ao urbano, integraria, na perspectiva do Banco, um receituário administrativo autônomo, de corte estritamente gerencial, que permitiria disseminar modelos de desenvolvimento e de ajuste estrutural supostamente sem interferir na autonomia dos Estados-nacionais periféricos. Em sua crítica ao Estado e à Política, “Do contra-poder não celebra o mercado”.

O caminho adotado não é o do invertido, óbvio e simples binarismo Bem=Sociedade x Mal=Estado, ou a mera substituição dos dois pelo Mercado. Os autores fazem um percurso teórico por Gramsci, Foucault e principalmente Spinoza, para dar fundamentação plausível ao paradoxo. O passo decisivo é uma separação conceitual que se inicia no segundo capítulo, “Gestão e Política”, e se adensa no quarto capítulo, “Poder e Potência”: “A gestão não é o que se opõe à política, mas o elemento, de alguma forma estático, que surgiu da luta dinâmica, da luta política”. E ainda: “O que hoje constitui um verdadeiro avanço, graças às experiências passadas, é a possibilidade de se estabelecer a diferença estrutural entre potência e poder, ou, em um nível mais superficial, entre política e gestão: a potência – o movimento vivo e real desde a base – permite transformações concretas na estrutura da sociedade e a queda das estruturas e poderes do retrocesso, mas o poder – como lugar e como prática – não tem a capacidade de transformar as coisas desde o alto”.

O fundamental neste debate é que na experiência histórica das “tomadas de poder”, seja por via revolucionária, seja por via eleitoral representativa, teve-se de lidar com o paradoxo do poder sem potência e da gestão sem modelo. Para os autores, a Revolução Francesa foi a única revolução política ocorrida no Ocidente Moderno, que transformou “de forma generalizada e irreversível uma estrutura social”. E tratam de desconstruir o mito da tomada da Bastilha como referência principal daquele processo histórico. Nos fatos históricos e geográficos do poder, a potência estaria sempre velada.

O poder também se “topologiza” desde o alto, quer dizer, se distribui territorialmente em planos modelares, instituindo um modo de organização espacial que atua tanto nas expectativas infra e inter-subjetivas,

quanto nas estratégias espetaculares do macropoder. Neste sentido, o capitalismo do pós-guerra dividiu o mundo em dois blocos; enquanto o neo-liberalismo dos 80 e 90 separa os “territórios-fortaleza” e as “terras de ninguém”. Dois mundos, dois valores: “Nos primeiros, nada deve ocorrer, a segurança deve ser máxima: uma morte violenta por exemplo aí é sempre considerada notícia grave. Ao contrário, vinte mortes nas terras de ninguém fazem parte da normalidade”.

“Do contra-poder” exige de cada qual uma “política” e uma “potência” relacionadas a cada situação existencial da vida cotidiana. A disputa na sociedade civil impõe um novo tipo de “subjetividade revolucionária”, uma “nova radicalidade” que opere a dita “contra-ofensiva”. Otimistas, os autores já apontam alguns indícios dessa nova militância e anexam ao livro um “Manifesto da Rede de Resistência Alternativa”, um conjunto de aforismos com títulos bastante significativos como “Resistir é criar”; “Resistir à tristeza”; “Resistir não é desejar o poder”; “Resistir à serialização”, “Resistir sem mestres”, entre outros. E não se trata de uma resistência abstrata, em um plano apenas conceitual. A contra-ofensiva é reivindicada como “ruptura com os métodos tradicionais dos grupos políticos”. O impacto de Chiapas (1994), quando forças zapatistas ocuparam a Vila de São Cristobal de las Casas. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Brasil, das Mães da Plaza de Mayo na Argentina e um conjunto de movimentos da sociedade civil europeia são os indicadores da “nova radicalidade”. Não se contentam mais em lutar “contra os excessos” do sistema capitalista, nem se restringem a uma “política de tolerância” com o modelo de desenvolvimento. A nova militância também não se legitima em nome de um novo modelo determinado, mas antes em nome da própria possibilidade e potência da “vida”.

Aqui no Brasil, na conjuntura aberta pelo governo do PT, o jurista Fábio Konder Comparato, em artigo na imprensa, argumentou da necessidade de se organizar um “contra-poder popular”, pois “as instituições políticas são incapazes de evitar e sancionar o abuso do poder, criando com isso uma situação de geral irresponsabilidade dos órgãos públicos em todos os níveis”. José Genoíno, presidente nacional do PT, respondeu como se o foco do debate fosse apenas o governo Lula e não o próprio Estado republicano que aqui se construiu. Para Comparato, a velha e tradicional forma re-

publicana do Estado, herdado da Iluminismo francês (Montesquieu), dividida nos três poderes, não condiz com a complexidade política das sociedades contemporâneas. De fato, no obscurecer do Iluminismo, os três poderes não mais se limitam uns aos outros e, para Konder, “o que está em causa é saber se somos capazes de criar um sistema de controle popular do funcionamento dos órgãos estatais”.

Para os autores de “Do contra-poder”, uma “nova radicalidade” provém dos movimentos sociais e de suas novas estratégias de intervenção política, estratégias que não se centram na “tomada do Estado”. Esta nova radicalidade se instituiria desde a sociedade civil, desde a vida cotidiana das pessoas e seus grupos sociais. Não se trataria mais de uma “militância de agenda”, quer dizer, “de indivíduos que, entre outras atividades da vida, militam”. Trata-se do desenvolvimento concreto de novos espaços (casas, ateliês, escolas, ocupações de terra, etc) e modos de vida, impregnados de uma nova subjetividade. Neste sentido, o encadeamento do que chamam de “contra-ofensiva” exigiria a superação das formas tradicionais da subjetividade serializada.

“Do contra-poder” aponta algumas das chaves para esta superação, mas alerta para a necessidade de uma importante perda, uma perda-ganho, quer dizer: “perder o modo de vida como indivíduos serializados, um modo de ser que nos forjou existencialmente e que é necessário abandonar: uma maneira de sentir, pensar, amar”. A liberdade é antes de tudo “existencial” e não apenas econômica ou política.